

A IMAGEM NO ESPELHO: MEMÓRIAS DE OPERÁRIOS

ADRIANA OLIVEIRA DE FREITAS

Mestre em História pela UFES

VÂNIA MARIA LOSADA MOREIRA

Doutora em História e Professora do PPGHis/UFES

Resumo:

Esse artigo analisa a imagem da Fábrica Bangu no imaginário de seus operários. Nesse sentido, trabalhamos com memórias escritas e com as fotografias que esses operários optaram guardar ao longo do tempo. Realizamos também entrevistas com alguns operários da Bangu às vésperas do fechamento da Fábrica Bangu, que cederá lugar a um *shopping center*.

Palavras-chave: Fábrica Bangu, memória, fotografia.

Abstract:

This article analyzes the image of the *Fábrica Bangu* in the imaginary one of its laborers. In this direction, we work with written memories and the photographic ones that these laborers had opted in keeping to the long one of the time. We also carry through interviews with some laborers of the *Bangu* to the eves of the closing of the *Fábrica Bangu*, that will give place to one shopping to center.

Keywords: *Fábrica Bangu*, memorie, photograph.

Um espelho é algo em que nos miramos para contemplarmos nossa aparência. É também o instrumento que nos fornece uma imagem, que pode ser construída a partir daquilo que queremos ver. Numa primeira análise, o espelho reflete, mas, sabemos que a imagem refletida depende do olhar de quem vê (Pesavento, 2002: 157). Ou seja, ao mirar-se num

espelho a pessoa pode privilegiar e ocultar detalhes. Nesse artigo, analisamos a imagem da Fábrica Bangu¹ no imaginário de seus operários, ou seja, como ela foi percebida por seus trabalhadores. Para isso, analisamos suas memórias escritas e fotográficas.

O espelho pode operar de várias formas, refletindo o real ou imagens invertidas e deformantes. Sendo assim, a imagem refletida pode coincidir ou não do modelo original, sem, por isso deixar de ser aceita. O jogo do espelho reflete e cria imagens, fazendo parte desse sistema de percepção e representação do qual o historiador procura se aproximar. O efeito da representação possibilita que um elemento isolado faça lembrar, recordar outro. Sendo assim, há um predomínio do simbólico sobre o real, fazendo com que o parecer tenha o efeito de ser (Pesavento, 2002:157-163).

Alguns autores vêem a política social das fábricas como mais uma forma de controlar todas as esferas da vida do trabalhador, desde o trabalho e o lazer, até a moradia (Chalhoub, 2001:51; Lobo, 1997: 225). Por atuar em várias esferas da vida de seus operários, a Fábrica Bangu, fundada no Distrito Federal, em 1893, poderia perfeitamente enquadrar-se nesse modelo. Além disso, o padrão de arquitetura manchesteriano, modelo que a Bangu segue, é associado à exploração e a vigilância dos operários (Godoy, 2002:96). Essa fábrica foi constituída em meio à agitação social da passagem do Império para a República, numa área rural da capital federal, distante do centro da cidade e inaugurada em 1892 (Oliveira, 1991:03).

A Bangu atendeu aos principais objetivos e projetos republicanos: a transformação do homem livre em trabalhador assalariado e a dignificação do trabalho. Além disso, a Companhia urbanizou a área que lhe pertencia, tornando-se o cerne de toda a vida da região, tanto no aspecto econômico, como no urbano, social e cultural. A Fábrica Bangu tornava-se assim um reflexo dos ideais republicanos de progresso, modernidade, urbanização e valorização do trabalho.

Isso levou-nos ao questionamento de como as medidas tomadas pela Fábrica foram percebidas por seus operários. Se eles sentiam os benefícios proporcionados pela Bangu como uma forma de mantê-los sobre sua égide, ou de proporcionar seu bem-estar. Será que a imagem que a Bangu construiu ao longo do tempo está atrelada à exploração? Para respondermos essas questões recorreremos às memórias dos operários.

É muito comum tomarmos a história dos trabalhadores sob a ótica do movimento operário, esquecendo-se do trabalhador comum, daquele que não era engajado no movimento

e livre de convicções políticas. Para os marxistas, o interesse pela história dos movimentos populares está ligado ao crescimento do movimento operário. Assim, estes eram naturalmente seduzidos a estudarem não as pessoas realmente comuns, mas aquelas pessoas comuns que podiam ser vistas como precursores desse movimento. Esses historiadores também eram levados a supor que a história do movimento operário representava os trabalhadores, ou seja, que a história do movimento podia substituir a história das pessoas comuns (Hobsbawm, 2001: 216-231). Na verdade, não podemos estudar os homens comuns desejando conferir-lhes um significado político retrospectivo, mas sim, objetivando explorar uma dimensão do passado ainda desconhecida (Hobsbawm, 2001:219).

Outro exemplo de estudo que toma o particular pelo todo é a definição de grupos sócioprofissionais como instrumento de identificação do indivíduo. Comum na historiografia francesa anterior à década de sessenta, esse tipo de análise classificava as pessoas a partir de categorias profissionais, setores de atividade e quadros de profissões, pensando ser possível dar conta de dados essenciais do indivíduo a partir do estudo desses grupos. Essa visão foi duramente criticada no início da década de setenta, quando alguns pesquisadores apontaram a pouca eficácia dessa classificação, que reunia num mesmo compartimento indivíduos que tinham uma relação diferente com o sistema de produção, deixando de lado especificações locais (Cerutti, 1998:233-242). Com esse tipo de abordagem, “desliza-se do indivíduo em direção ao grupo, já que a classificação subentende a noção de interesse comum para todos os membros de uma categoria (Cerutti, 1998:236, 237).”

Se tomarmos como base o fato da Primeira República ter sido o momento em que o movimento operário se organizava no Brasil, temos uma memória dividida. Àquela dos operários engajados no movimento, e a daqueles que não participavam de tais atividades (Portelli, 2002:103-130). Logo, para termos uma idéia de como viviam os trabalhadores comuns, e no caso dessa pesquisa, os trabalhadores da Fábrica Bangu, não podemos nos ater apenas em panfletos ligados aos sindicatos. Isso nos levaria a uma conclusão equivocada, que tomaria o todo dos operários pela ótica de um grupo. Nesse sentido, as memórias dos operários constituem-se em fontes preciosas para compreendermos como eles eram e de que forma as medidas da fábrica eram percebidas por eles.

Ao trabalharmos com memória, temos que levar em consideração que ela estabelece marcos para o que vai ser lembrado ou esquecido. Sua organização é feita de acordo com as preocupações pessoais e políticas do momento, sendo, portanto, um fenômeno construído, que pode ser consciente ou inconsciente. O que a memória grava, arquiva, exclui, relembra, é o

resultado de um trabalho de organização, que pressupõe escolhas. Ela é fruto da imagem que uma pessoa produz ao longo de sua vida sobre si própria e para apresentar aos outros, constituindo-se na forma como essa pessoa quer ser percebido (Motta, 1998:74-89; Pollak, 1989 e 1992).

Além de ser um fenômeno construído social e individualmente, a memória está intimamente ligada ao sentimento de identidade, tanto individual, como coletiva, sendo um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou grupo social. Quando a memória é herdada, sua ligação com o sentimento de identidade é ainda mais estreito, consistindo num fator de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si próprios.

No caso das memórias dos trabalhadores da Bangu, suas lembranças e interpretações do passado significam o pertencimento a um grupo, que quer se sentir coeso. Tanto que existe na região um Grêmio Literário, sem vínculos com a diretoria atual da Bangu. Este tem o propósito de preservar a memória do bairro, da fábrica e de seus operários, e de transformar a memória social em memória coletiva (Portelli, 2002: 127).

Na verdade, a história da Fábrica e a da região se confundem, pois foi a Bangu que criou o bairro. O atual dono da Fábrica, Sr. Ricardo Haddad, revelou em entrevista que, para transformar a Fábrica em *shopping center* teve que participar de reuniões com as pessoas que se julgam responsáveis pelo patrimônio histórico da Bangu, quando explicou os passos de tais transformações. Nessa ocasião, o destino da chaminé da CPIB foi um dos pontos em pauta. Em sua visão, todos que moram em Bangu sentem-se um pouco donos da Fábrica.² O que, mais uma vez, mostra a centralidade da Fábrica Bangu para a história e memória dos habitantes do bairro.

Para Pollack (1989; 1992), existem três elementos constitutivos da memória. Em primeiro lugar estão os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, temos os acontecimentos ‘vividos por tabela’, que são aqueles que o grupo ao qual a pessoa sente pertencer viveu. Muitas vezes, o indivíduo não participou de tais acontecimentos, mas eles tomaram uma dimensão tão grande em seu imaginário que, no final é impossível ele saber se participou ou não. Ou seja, é aquilo que o grupo que a pessoa fez parte ou se identifica viveu, e ela conta como se ela própria tivesse vivido. Esse tipo de memória pode ser herdada *a posteriori*, passando de geração a geração, fazendo com que, mesmo quem não tenha vivido o momento tenha algo a contar sobre ele. Sendo assim, memória é em parte herdada e pode não se referir àquilo que a pessoa viveu realmente, mas ao que foi passado através das gerações.

Por último, existem as pessoas, os personagens e os lugares de memória, que estão particularmente ligados às lembranças das pessoas. Geralmente, são lugares que permaneceram muito fortes na memória da pessoa. Dentre esses lugares de apoio da memória, temos os lugares de comemoração, que podem servir de base para uma relembração de um período que a pessoa viveu por si mesma, ou que viveu por tabela. Podemos citar como exemplos o prédio da Fábrica Bangu, os eventos que a Fábrica patrocinava e os trabalhadores e administradores mais expressivos, o campo de futebol, as festividades.

A memória herdada e os lugares de memória e comemoração são elementos constitutivos da memória freqüentes nas lembranças dos trabalhadores da Bangu, pois as pessoas sempre têm algum parente ou amigo que trabalhou na fábrica e contam histórias sobre a mesma. Os próprios operários que trabalhavam na Bangu em 2003 contaram histórias suas e as de tempos que não viveram.

Tomemos como ponto de partida para essa questão as memórias de Murilo Guimarães, que escreveu sobre o bairro e a fábrica a partir das histórias que ouvia de seus avós e de seus pais, antigos moradores e operários da Bangu. Essas memórias são o que Pollack chama de memória herdada, passada de geração em geração.

Trata-se de um livro de memórias que se constitui numa importante referência para compreender os modos de sentir e pensar da população de Bangu dos idos de 1900. O próprio Murilo inicia suas memórias afirmando ser o registro de histórias da sua infância e mocidade e fatos que lhe foram contados.

Vindos lá das bandas de Cachoeira de Macacu chegaram meus avós paternos em 1900 trazendo três dos sete filhos, inclusive meu pai Décio com dois anos.

Logo que chegou, meu avô foi trabalhar na carpintaria da Fábrica e participou dos assentamentos dos telhados e da Igreja e da escola.

[...]

Meus avós maternos vieram da Ilha Grande em 1906 com quatro filhos entre eles, minha mãe Dulce com seis anos. [...] Quando meus avós maternos chegaram em Bangu foram morar no número 115 da Rua Ferrer, quatro casas antes da sede do então Casino Bangu.

Contava minha mãe, que para uma menina de seis anos que morava numa vila vir morar naquela rua tão larga e comprida, era como sair do inferno para o céu. Ali residiam várias meninas e meninos com os quais ela e seus irmãos fizeram logo amizade. Era comum as crianças serem chamadas a participar de apresentações no palco do Casino.

A primeira encenação de despedida de ano ocorreu de 1910 para 1911.

Mamãe e tia Zulmira estavam lá representando junto com as outras colegas, todas vestidas de branco. No palco um homem muito velho, com um bastão na mão, longas barbas brancas era o ano velho que se despedia cantando uma triste canção.

[..]

Ao terminar o canto parte do chão do palco, um alçapão, baixava lentamente e o ano velho desaparecia. O cenário era então mudado para uma cena alegre, com muitas meninas vestidas de branco que saudavam o Ano Novo representado por uma menina que vinha a bordo de um aviãozinho que volteava pelo palco.

Estes momentos da vida social e vários aspectos da evolução do bairro já estavam sendo registrados pela aparelhagem fotográfica adquirida pelo Sr. Martinho Dumienne. O Casino Bangu também já havia comprado, em 1908 um cinematógrafo Pathé e oferecia seções de cinema aos associados. (Guimarães, 1996:17-19).

Percebe-se neste relato a influência da Fábrica na vida de seus operários e suas respectivas famílias, bem como o papel de destaque ocupado pela mesma na memória da população do bairro que cresceu à sua volta. A obra de Guimarães revela sua admiração pela Fábrica e o importante papel que esta desempenhou na vida de sua família. E mais: essa admiração, essa paixão, esse respeito pela Fábrica foram transmitidos de geração em geração.

Isso está ligado ao sentimento de identidade dos habitantes de Bangu em relação à Fábrica. Como atestou o Sr. Haddad, no bairro, todos se sentem donos da Fábrica. Guimarães, ao decidir contar as lembranças de sua família, o fez não somente porque elas são importantes para ele, mas por serem histórias de vida que deixam entrever o cotidiano de Bangu em seus primórdios, importantes, portanto, para o conjunto de habitantes da região.

A Fábrica estava presente na vida privada das pessoas, promovendo festividades, como a encenação de final de ano descrita por Murilo. Sua mãe e sua tia participaram desse evento, repleto de alegorias e influenciado pelo clima de modernidade da época: a ano novo chega de avião, e apenas alguns anos após Santos Dumont ter voado com o 14bis (Costa e Scharcz, 2000:11-22). Certamente, isso teve um efeito enorme na população de Bangu, vinda em sua maioria, de lugares longínquos e rurais.

Notamos também a representação do que é antigo e atrasado e do que é novo através da encenação sobre a passagem de ano. O ano velho some por um alçapão e o novo é trazido por uma criança. O que é velho, antigo, cai por terra, e o que é novo vem com a velocidade de

um avião. É a metáfora da civilização e da ciência contra o obscurantismo. É a modernidade contra o atraso.

Além disso, esses eventos eram registrados por uma máquina fotográfica, uma das novidades da Modernidade. Os operários não só gostavam de participar, como registravam tais festividades. Ao efetuarem esses registros, esses operários também guardavam para a posteridade os personagens e lugares de memória e comemoração da Fábrica Bangu. Lugares como o *Casino* Bangu, aonde ocorreu a festividade da passagem de ano descrita por Guimarães, o campo de futebol, os jardins da Bangu. Pessoas como os primeiros operários, os músicos da banda, os jogadores do time do Bangu.

As memórias de Guimarães são apaixonantes e carregadas de emoção. Ele também é o que se pode chamar de guardião da memória, pois é uma pessoa identificada pelos atuais habitantes de Bangu como capaz de contar as histórias da Fábrica e do bairro (Gomes, 1996:17-30). Ao narrar o momento em que seus avós chegaram à região, oriundos de áreas rurais e distantes, o autor recria a emoção que sentiram. É a memória herdada, construída através dos ‘acontecimentos vividos por tabela’, das pessoas e lugares de comemoração e memória.

A metáfora do céu/inferno, usada por sua mãe para diferenciar o antigo local que morava e o ambiente em que passou a viver na região de Bangu, são indicativos de satisfação e felicidade. Morando na vila operária, a mãe de Guimarães concebia o local de forma especial, pois era muito diferente da vila em que morava em sua cidade natal. Isto leva-nos a refletir sobre o papel da Fábrica na vida dessas pessoas que abandonavam suas antigas localidades, normalmente rurais, para aventurar-se num novo mundo, numa nova realidade e, na maioria das vezes, numa nova profissão. A possibilidade de aliar trabalho, moradia e lazer tornavam-se um atrativo. Morar numa rua ampla, larga, comprida, como a descrita no texto, num momento em que eram comuns as habitações populares, como os cortiços, certamente constituía um diferencial.

A Rua Ferrer, que dá título à obra de Murillo Guimarães, tinha o nome de Rua Estevão, homenagem ao primeiro presidente da Fábrica. Era a principal Rua da Vila Operária. Segundo o autor, os moradores a chamavam de Ferrer em homenagem a João Ferrer, administrador muito querido, identificado como um dos maiores empreendedores da região (Guimarães, 1996: 15).

Assim como os pais de Guimarães, muitos dos trabalhadores da Bangu vinham do campo, de cidades pequenas, conforme elucidam os depoimentos a seguir.

Cheguei em Bangu com dois anos e meio, ainda no ano de 1895, mas nasci no Estado do Rio de Janeiro. Nessa época havia dificuldades para a Fábrica arranjar operários. Nós morávamos em Queimados. Junto com a minha família vieram mais cinco famílias [...] Em Bangu colocaram a gente para morar uns juntos dos outros, a fábrica deu terreno e madeira para fazer a casa. Ninguém da minha família já tinha trabalhado em fábrica antes. Os homens da Companhia deixavam fazer lavoura e ter alguns bichos, porcos, galinhas; e assim tinham vários ranchos. Alguns plantavam cana e vendiam em meia para o engenho... Em Paracambi já existia uma fábrica e muitas famílias de operários vieram também de lá. Havia gente também que veio de São João Del Marco [sic] que hoje não existe mais. A Light comprou a fazenda que tinha ali, e tudo virou açude para produzir eletricidade [...] Esses emissários da fábrica saíam por toda aquela região atrás de gente. [...] Eu morei quase toda minha vida em Bangu, mas nunca trabalhei na fábrica. Meu primeiro emprego foi na Rede Ferroviária em 1911, como maquinista, mas toda a minha família, da minha mãe a minha irmã trabalhou na fábrica [...].³

O relato de Dioclécio Machado é uma memória constituída de acontecimentos vividos pessoalmente e por tabela. O narrador do texto construiu suas lembranças com acontecimentos vividos por ele e pelo grupo com o qual tem ligação. Apesar de não ter trabalhado na Fábrica, se identificava com ela, pois sua família trabalhou na Companhia. Logo, ela faz parte de sua história. Além disso, morou em Bangu, vivenciou as melhorias efetuadas pela CPIB, e seu emprego só foi possível porque à Fábrica se instalou na região, o que fez com que a estação ferroviária fosse inaugurada.

Dioclécio prioriza o fato de a Companhia permitir a criação de animais e a manutenção da lavoura. Como muitos trabalhadores da Bangu vinham de áreas rurais, essa era uma forma de manterem sua identidade, apesar do trabalho na fábrica. Além de evidenciar a manutenção de relações não-capitalistas no universo fabril (Martins, 1996: 21).

Em seus primeiros anos, a Bangu implantou o sistema de fábrica-fazenda, que consiste em manter as atividades rurais, beneficiando-se ao máximo delas. O antigo canavial foi transformado em área de cultivo de algodão, matéria-prima para a indústria têxtil. Os reideiros do antigo engenho também foram mantidos, pois serviam de guardas para o local e mão-de-obra futura. Ele produzia aguardente sob o sistema de parceria, cabendo à CPIB metade da produção (Oliveira, 1991: 113-123).

A produção de algodão foi insuficiente à demanda da fábrica e a CPIB decidiu acabar com a mesma. Em 1900 o engenho cedeu lugar a um novo, que produzia aguardente, açúcar,

mandioca e outros gêneros. O custo da alimentação era muito alto, o que impulsionava os salários para cima. Com essa produção, a Fábrica solucionava esse problema. Os produtos agrícolas eram expostos no barracão da cooperativa, no qual os trabalhadores podiam fazer suas compras com desconto em folha de pagamento.⁴

Dessa forma, a Fábrica, um símbolo do capitalismo, permitia que seus operários mantivessem em seus domínios práticas identificadas com o setor agrícola, o que significa a manutenção de formas não capitalistas de produção num universo capitalista.⁵ Ao mesmo tempo, tais práticas garantiam à CPIB sua expansão, pois retirava alguns entraves ao seu desenvolvimento, como problemas de alimentação e salários e lhes proporcionava uma reserva de mão-de-obra futura (Oliveira, 1991:117). Isso significa também que as relações capitalistas não estavam totalmente implantadas, dada a existência de colonos, que eram livres, mas não assalariados, viviam no universo da Fábrica, mas não eram operários. Essas atividades, assim como os aluguéis de casas, complementavam a renda da CPIB.

No relato de Dioclécio, percebemos que a Fábrica não construiu todas as casas, mas forneceu material para os próprios operários construírem suas moradias, o que era comum porque não havia casas para todos. A Vila Operária e as casas da Olaria não podiam abrigar mais de 750 pessoas e, de acordo com as fichas de operários, a maioria morava em Bangu (Oliveira, 1991:112). No início, várias famílias moravam juntas e até 1904, havia taperas espalhadas pelas terras da CPIB. A solução encontrada pela Companhia para resolver a questão da falta de habitações foi permitir que os operários as construíssem. Isso passou a ser regulamentado pela Companhia, para evitar as habitações fora do padrão de construção da Fábrica.

Vejamos outra memória de acontecimentos vividos, do Sr. Sólon, operário da Bangu.

“Uma boa parte deles vinha de Paracambi. Lá havia uma fábrica mais antiga que a Bangu, a Macacos, e quando Bangu precisava de operários mais especializados, já ambientados com o trabalho de tecelagem, ia buscar em Macacos. Costumo comparar Bangu e Paracambi com Brasil e Portugal. Portugal descobriu o Brasil e ficou naquilo mesmo, pequeno, e o Brasil cresceu e se tornou maior que Portugal. A mesma coisa aconteceu entre Paracambi e Bangu. Paracambi descobriu Bangu e nunca saiu daquilo, enquanto Bangu cresceu e hoje é isso que se vê...”⁶

O Sr. Sólon começou a trabalhar na Fábrica ainda criança, mas sua memória ressalta o crescimento de Bangu, não o trabalho infantil. Ele prioriza o crescimento da região, que é fruto da ação da Companhia. Bangu cresceu a partir da instalação da CPIB e por causa dela.

Paracambi, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, de onde vinham vários operários, permaneceu estagnada frente ao crescimento da região de Bangu. Ele compara Bangu ao Brasil, que, em sua visão cresceu mais que Portugal. Isso demonstra o quanto a região de Bangu progrediu com a Fábrica.

Notamos que, assim como os pais e avós de Guimarães, grande parte dos trabalhadores vinha de áreas rurais, vivenciando de forma mais estreita o contraste entre o marasmo do campo e o progresso da região de Bangu. Como a Fábrica interferiu, urbanizou a região, é perfeitamente compreensível que estivesse presente no cotidiano de seus operários de forma veemente. Mesmo a Bangu cobrando aluguéis por algumas casas operárias, isso não era identificado como algo ruim, pois muitos desses trabalhadores vieram de regiões com condições precárias de higiene e moradia. Isso fica ainda mais compreensível se tomarmos o fato da municipalidade pouco agir nos subúrbios. Bangu, comparado às demais estações ferroviárias, era o bairro mais urbanizado, organizado e desenvolvido.

Esses trabalhadores viveram de forma especial as alterações no espaço promovidas pela CPIB, a construção de casas, o campo de futebol, as festividades. Isso se constituía num diferencial marcante na construção de suas memórias. O que a memória desse grupo arquivou e passou de geração em geração foram os momentos felizes, o que a Fábrica lhes proporcionou de bom.

Assim como os relatos, as fotografias dos arquivos pessoais de antigos moradores e operários, como Seu Vivi e Seu Nonô, retratam os momentos agradáveis que a Fábrica lhes proporcionava, bem como personagens e lugares de memória. As fotos de Seu Nonô e Seu Vivi privilegiam as cerimônias promovidas pela Companhia, como o Crisma, os primeiros operários da Bangu, em 1892, e o time de futebol, verdadeiros exemplos de pessoas e lugares de comemoração e memória nas lembranças desses trabalhadores. Essas fotos foram publicadas no livro em comemoração aos cem anos da Fábrica e encontram-se no Grêmio Literário.

Ao todo, trabalhamos com doze fotos de Seu Vivi, cinco de seu Nonô e quatro de Murilo Guimarães. As fotos de Seu Vivi privilegiam o time do Bangu (cinco dos jogadores e uma da diretoria), eventos e lugares relacionados à religião (uma do Crisma promovido pela Fábrica, outra da Igreja construída pela Fábrica e uma da Festa de Coroação de Nossa senhora da Conceição), a Banda da Fábrica (duas), e a visita do presidente Nilo Peçanha a Fábrica, em 1910 (uma foto).

As fotos de Seu Nonô privilegiam os operários, com quatro imagens de trabalhadores do início do século. Há também uma foto da visita do prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, em 1942, quando lançou a pedra fundamental da construção de 500 casas para operários. As imagens do arquivo de Murilo Guimarães mostram os operários estrangeiros, em uma foto de 1908, o Carnaval, em duas fotos, e uma do maestro Anacleto de Medeiros.

A cerimônia do Crisma, o time de futebol, a banda, assim como as demais festas que a Fábrica patrocinava tornaram-se referências para a construção da memória que os operários construíram da Fábrica. Foram os eventos, os momentos que eles escolheram lembrar e retratar, por julgarem importantes. Lugares de comemoração que servem de apoio e base na construção das lembranças que esses operários viveram.

Nas fotografias a seguir (Figura 1 e 2), do arquivo de Seu “Nonô”, notamos a heterogeneidade dos operários da Bangu. Um olhar atento é capaz de identificar (Figura 1) a Fábrica, ao fundo, e operários nacionais, estrangeiros, brancos, negros e mulatos. Na figura 26, há uma quantidade significativa de trabalhadores negros. O chapéu de palha, característica do brasileiro ‘da roça’ identifica a maior parte dos nacionais, posto que notamos alguns negros e mulatos de boné. O capacete é indicativo de alguém com cargo mais elevado, podendo ser um engenheiro. A gravata certamente indica algum membro da diretoria.



Figura 1: Operário na olaria.⁷

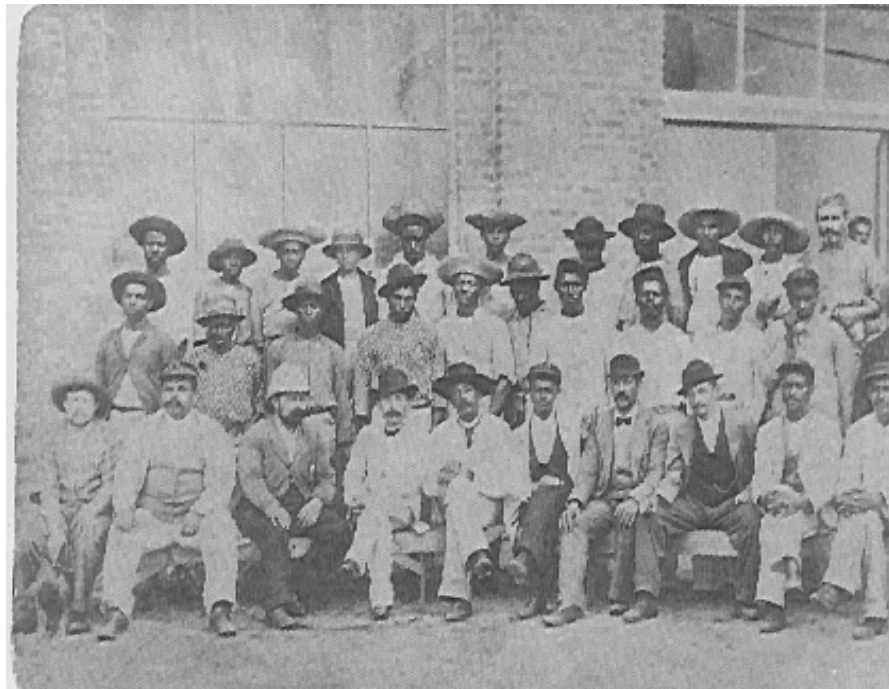


Figura 2: Operários (1892)⁸

Le Goff (1994:535-549) nos apresenta dois materiais que a memória e a história se aplicam: o documento e o monumento. A noção de documento está ligada ao significado de prova e os historiadores positivistas viam nos textos escritos os testemunhos mais verossímeis da história, sendo utilizados como provas históricas. A noção de documento, entretanto, foi se ampliando e abrangendo também as ilustrações, o som, a imagem, qualquer marca deixada pelo homem.

Por monumento, entendemos um sinal do passado, uma recordação, um legado, aquilo que perpetua, voluntariamente, os testemunhos das sociedades históricas. Estes monumentos estão ligados à memória, aquilo que foi escolhido para ser lembrado, para ser um legado para a posteridade. Ou, simplesmente, aquilo que uma pessoa ou família escolheu retratar, registrar, quando se trata de arquivos familiares ou individuais. A memória é seletiva, nem tudo fica guardado, registrado (Pollak,1992).

Para utilizarmos a fotografia como fonte histórica, temos que entender que ela é uma imagem/documento e uma imagem/monumento. Imagem como documento que revela aspectos da vida material de forma bastante detalhada. Imagem como monumento, porque cria uma memória e um legado para a posteridade, representando aquilo que a sociedade, ou uma pessoa, queria levar de si mesma para o futuro. Mesmo quando oculta algo, distorce o

objeto, a fotografia se revela uma importante fonte histórica, devendo o historiador procurar saber como e porque a foto ‘mentiu’ (Mauad, 1996). Ao criar um ambiente para um registro fotográfico, o autor da foto tem a intenção de mostrar ou mascarar algo. Suas escolhas de ângulo, o que estará e primeiro ou segundo plano, objetos e pessoas, estão ligadas aos seus objetivos no papel de autor da imagem. Sendo uma construção, a foto pode ocultar e privilegiar detalhes. Se for uma foto posada, isso fica mais evidente, pois seu autor escolheu até a posição das pessoas. Flagrantes instantâneos também não estão isentos da importância do papel do fotógrafo como autor, pois ele é quem decide como e o quê será retratado.

Entendendo as imagens como memória, temos que levar em consideração que elas dependem das escolhas feitas no momento em que foram produzidas, carregando então, as marcas de seu tempo. Quando uma pessoa, grupo ou instituição efetua um registro visual, um monumento, ela o fez devido a várias escolhas, opções, dentre outras tantas (Mauad, 1996).

Ao utilizarmos as imagens dos arquivos dos operários da Bangu, temos que compreendê-las como uma lembrança, uma memória que transmite significados. Como é uma escolha dentre tantas outras possíveis, ela está ligada a implicações culturais e ideológicas. O fotógrafo registra aquilo que ele escolheu como importante, aquilo, que em sua opinião, na sua visão, deveria ser registrado, assim como esses operários da Bangu, guardiões de sua memória, fizeram ao optarem em efetuar e guardar esses registros. O fato é que eles fizeram e preservaram essas imagens por que se identificavam com elas e com os momentos retratados.

De acordo com Panofsky (1992:47-55), precisamos nos preocupar com a historicidade das imagens, pois a análise iconográfica correta pressupõe uma identificação dos motivos artísticos, das alegorias, dos signos que são utilizados. Isso é impossível se o historiador não tiver claro o período em que a imagem foi produzida, quem a produziu e o contexto em que foi feita.

No entanto, no trabalho do historiador, nem sempre é possível cumprir todas essas recomendações. Por exemplo, não temos como afirmar com precisão como as fotos dos operários da Bangu foram parar em seus arquivos familiares. Tampouco podemos precisar seus autores e a forma como foram produzidas. Entretanto, Murillo Guimarães já sinaliza o uso da fotografia no início do século XX por pessoas do bairro. Ele menciona em suas memórias, que o Sr. Matinho Dumiense registrava momentos de Bangu, como a encenação de final de ano, em 1910, com sua máquina fotográfica. Além disso, tal recurso era frequentemente utilizado pela CPIB, conforme atestam arquivos e fontes.

O fato de não precisarmos os fotógrafos das imagens, não impede uma boa análise das mesmas, posto que elas foram incorporadas aos arquivos das famílias e do Grêmio, tornando-se parte da memória do grupo. Certamente, a escolha em guardar as fotos de operários e momentos de Bangu, ocorreu porque esses guardiões da memória e trabalhadores julgaram que essas imagens representavam momentos importantes de suas vidas.

As memórias são importantes para a história, pois nos ajudam a saber o que tem sido lembrado, recordado, pelos grupos sociais. Mas devemos levar em consideração que o processo de reconstrução do passado implica em escolhas dos fatos que a pessoa quer lembrar. Por uma razão ou outra, a pessoa ou grupo social, escolhe aquilo que quer lembrar e o que quer esquecer (Motta, 1996:74).

As memórias de Murillo Guimarães, Benevuto Rovere, bem como as de Seu Vivi e Seu Nonô⁹ e tantos outros operários, nos dão uma pista de como a Companhia se fazia importante na vida deles: através das obras financiadas pela Fábrica Bangu, das melhorias que implementou, do lazer que proporcionou, das moradias e cerimônias que produziu e financiou e da representação disto através da fotografia.¹⁰

As medidas tomadas pela Fábrica estreitavam sua relação para com seus empregados. Ao fornecer-lhes casa, lazer, educação e saúde, ela se fazia presente em todas as esferas sociais da vida dos trabalhadores. Na visão dos operários, se o patrão proporcionasse tais benefícios, era um bom patrão.¹¹

Assim, suas melhorias constituíam-se em verdadeiros símbolos¹² de sua força, poder e importância na vida de seus operários. Tais medidas, ao mesmo tempo em que proporcionavam infra-estrutura urbana, saúde, educação, lazer aos operários, contribuíam para assegurar a dominação da Fábrica sobre os mesmos. É o que Bourdier (2002:14) classificou como poder simbólico, um poder quase mágico “que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.”

Não importa se a Fábrica tinha ou não a intenção de dominar seus operários por meio de suas ações. O fato é que elas funcionavam como poderosos instrumentos de organização e controle dos operários e seus familiares, ao mesmo tempo em que reforçavam o poder simbólico da Companhia. Além disso, as ações da Bangu no campo da infra-estrutura, lazer e religiosidade foram cruciais e determinantes na elaboração da memória destes e em sua ligação com o ambiente de trabalho. Foram essas melhorias que ficaram arquivadas, que

foram escolhidas para serem preservadas. Não as greves e outros problemas pelos quais esses trabalhadores passaram.

Essa memória se preservou com o passar dos anos, de geração em geração. Atualmente, ainda percebemos no bairro a importância e o reconhecimento do papel da Fábrica. Na praça em frente à Igreja há um monumento com fotos da história da Bangu, de seus trabalhadores e do bairro, e os operários atuais ainda concebem a fábrica como algo seu, como uma grande casa.

D. Neide e o Sr. Saide, dois dos últimos operários da Fábrica, são prova dessa admiração que a Bangu ainda desperta. Eles foram ouvidos em maio de 2003. Ao todo, são 60 (sessenta) minutos de falas, numa visita pela Bangu guiada por alguns de seus operários. Na ocasião, intercalei o método de entrevista semidirigido e o não dirigido (Tourtier-Bonnazi, 2002: 234-245). Na maior parte do tempo, permiti às testemunhas falarem o que desejavam, a fim de não interferir em suas lembranças. Apenas poucas vezes fiz algumas perguntas sutis. Quando indaguei D. Neide sobre a importância da Fábrica em sua vida, ela exclamou:

Tudo né! Porque a minha mãe. Eu já tava aqui na barriga de minha mãe, aqui trabalhando na Fábrica. A foto tá lá na minha casa, no relógio. Meu irmão fez um. Não tem aqueles relógios que tem porta-retrato? Aí tá a minha mãe na Fábrica com dois teares, minha mãe trabalhando. Ela me ganhou, ficou em casa, depois voltou. Eu vim para cá com quinze anos e pouco. [...] Eu não posso falar que eu me emociono [chora]! Entrei com quinze anos. Eu me aposentei e voltei a trabalhar. Tenho trinta e um anos de casa.¹³

Sua fala é carregada de emoção, pois a Bangu faz parte de sua vida, de tal modo que a operária sente-se a vontade para pintar o cabelo na própria fábrica. Sua mãe trabalhou na Bangu e ela se sente uma operária antes mesmo de nascer. Dizendo que a fábrica é tudo em sua vida, ela emocionou-se e começou a chorar ao falar da possibilidade de seu fechamento. Disse que viu as antigas máquinas irem embora, como sucata.

O Sr. Saide é um atual guardião da memória da Bangu. Os atuais operários o identificam como a pessoa capaz de contar as histórias da Fábrica, transmitidas de geração em geração. Na ocasião da entrevista, em 2003, o Sr. Saide José Oliveira contou que trabalha na Bangu há 32 anos. Profundo conhecedor das máquinas da Fábrica, este simpático senhor apresentou o maquinário e algumas salas do primeiro pavimento. Contou que as máquinas mais antigas foram sucateadas pela atual diretoria, ou seja, vendidas como se não tivessem nenhuma importância. Na época, as máquinas mais antigas que ainda se encontravam na Fábrica datavam de 1948. Seu conhecimento sobre as máquinas é impressionante, pois sabe a

data e a função de cada uma. Em sua fala, o Sr. Saide afirmou sentir saudades das máquinas e que sua vida toda está ligada à industrialização. Antes de trabalhar na CPIB, trabalhou para o grupo Mattarazo, em São Paulo. No entanto, afirma que não tem com este a mesma ligação afetiva que nutre pela Fábrica Bangu.¹⁴

A cada máquina apresentada, seguia um discurso nostálgico, de um profundo conhecedor do local que trabalha. Apesar do intenso ritmo de trabalho ao qual era submetido, a admiração deste senhor pela Fábrica é clara. Contou que em certa ocasião, em época de Natal, entrou na Fábrica no dia 22 de dezembro, só saindo da mesma no dia 27 do mesmo mês. Isto, morando em frente à Bangu. Ao todo, vinte e oito operários trabalharam neste ritmo alucinante. Foram setenta e duas horas ininterruptas de trabalho, sem dormir. A ‘soneca’, segundo ele, foi de cinco horas, na própria Fábrica.

Como vários outros operários, o Sr. Said comprou seu imóvel da Fábrica. Sua casa fica em frente ao portão atual, o que o faz levar “três segundos de casa até a entrada da Fábrica. Todo mundo trabalhava e morava na casa da Fábrica”. Ao ser perguntado se gostava de morar tão perto da Bangu, respondeu que sim, dizendo que “só quando dava ‘zebra’ aqui eu vinha três horas da manhã”. Contou isso rindo, com ar saudoso. Afirmou que mesmo assim era bom, por que depois podia obter uma licença caso tivesse algum problema para resolver. Informou que a Fábrica tinha mais de quatro mil imóveis na região e que quando chegou, na década de setenta, ainda havia muitas máquinas antigas e o número de operários superava 4.800 pessoas.¹⁵

Os testemunhos e lembranças desses operários mostram que a Fábrica tinha uma dimensão que extrapolava o mundo do trabalho. Suas memórias selecionaram os serviços que a Fábrica lhes prestou. Ao que tudo indica, os momentos difíceis não foram aqueles escolhidos e fixados em suas lembranças. Por exemplo, os operários da CPIB participaram de três greves entre 1889 e 1914. No entanto, elas não apareceram nas memórias trabalhadas.

Fato semelhante acontece com os operários da Fábrica Aliança. Entrevistas com operários dessa Fábrica, disponíveis no AMORJ (Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro), priorizam aspectos semelhantes às lembranças dos trabalhadores da Bangu. Tais relatos afirmam que a Fábrica dava lazer, escola, moradia e que muitas pessoas morreram apaixonadas quando ela fechou. Alguns se lembram de vagamente de uma greve, enquanto outros afirmam nunca ter ocorrido uma. Um dos entrevistados, Valdir do Amaral, diz sobre as greves que “eram coisas dos grandes.”¹⁶

As memórias dos antigos operários da Bangu e as entrevistas com os últimos trabalhadores demonstram admiração pela Fábrica. Isso mostra que a Bangu foi muito bem-sucedida em seu processo de representação, pois, ainda hoje, seus trabalhadores tendem a vê-la de forma positiva. Neste sentido, podemos afirmar que os instrumentos de representação utilizados pela Fábrica ao longo do tempo surtiram efeitos evidentes, influenciando na imagem que esta tem na memória de seus operários do decorrer de sua história.

As lembranças estudadas nesse trabalho priorizaram, optaram em arquivar os momentos felizes, que se confundem com as histórias de vida dos trabalhadores. As memórias em questão não retratam rancor ou insatisfação. O que nos leva a concluir que os instrumentos de representação da Bangu tiveram êxito na formação de uma imagem positiva, de si, que se perpetuou até seus últimos dias.

Nesse sentido, podemos afirmar que a Fábrica Bangu foi além de um mero reflexo dos ideais e projetos de uma República que se esforçava em legitimar-se. Ela também assegurou, os direitos sociais na área em que se instalou, pois garantiu trabalho e condições de vida para a população local. Mais uma vez, a CPIB apresentou características próprias em relação ao modelo republicano.

A Bangu valorizou os negros e descendentes de escravos. Ela não hesitou em enfrentar a Liga Esportiva, mantendo negros em seu time de futebol (Pereira, 2000: 65-69), tampouco em apresentar seu trabalhador negro em condições de trabalho semelhantes ao do trabalhador branco, em fotografias que foram apresentadas à elite da época. Tais imagens compunham o *Álbum da Companhia de Progresso Industrial do Brazil. Exposição Nacional Brasileira de 1908*¹⁷.

Ao mesmo tempo, a CPIB escolheu fotografias de trabalhadores no processo de produção, na escola, dirigindo-se para o lar e em momentos de lazer, jogando futebol. Com isso a Fábrica retratava o trabalho, a casa e o lazer. Compromissos com os quais se engajou e quis mostrar.

Não queremos com isso minimizar os problemas que provavelmente ocorreram em Bangu, nem as possíveis e prováveis intenções dos diretores da Fábrica com suas ações. O fato, é que, num momento em que os direitos sociais não estavam assegurados e garantidos, as ações da CPIB tinham uma dimensão imensa. A Fábrica assegurava o que o governo não garantia. Obviamente, isso contribuiu na formação do sentimento de identidade dos habitantes e operários da Bangu, que até hoje mantêm uma instituição para preservar sua memória e história.

O que a memória da Fábrica e sobre a mesma selecionou para registrar e transmitir por gerações foi a ação da Bangu sobre o território, criando um bairro, e sobre a vida das pessoas. O que os trabalhadores e guardiões da memória da CPIB e do bairro contam, são os momentos de suas vidas, intrinsecamente ligada à rotina da CPIB. Bairro, pessoas e Fábrica se confundem e têm limites muito tênues, como os do antigo portão e da vila operária.

A imagem que a Bangu conseguiu perpetuar através do tempo enaltece seus feitos. O que foi passado de geração em geração, e que o bairro guarda, arquiva e exhibe, é a imagem de uma Fábrica empreendedora, que marcou profundamente a vida das pessoas ao seu redor. Na verdade, a Fábrica abalou Bangu, transformando uma antiga fazenda num bairro da cidade.

¹ A Companhia de Progresso Industrial do Brasil foi criada em 1889 com o propósito de construir uma Fábrica de tecidos, dando origem a Fábrica Bangu.

² HADDAD, Ricardo. Entrevista concedida a Adriana Freitas. Rio de Janeiro, Bangu, 17 mar. 2004.

³ Machado, Dioclécio. Entrevista concedida a Mario de Oliveira, Rio de Janeiro, 23 abr. 1990. Apud OLIVEIRA, 1991, p. 114, 115.

⁴ MARTINS, 1996:117. Importante observar que a Fábrica implantou o velho sistema de barracão. Entretanto, o autor não observa a existência do endividamento do trabalhador.

⁵ Para entender o convívio de relações capitalistas com relações não capitalistas de produção ver MARTINS, 1996, p. 21.

⁶ MACHADO, Dioclécio. 23 abr. 1990. Apud. OLIVEIRA, 1991, p. 116. O Sr. Dioclécio tinha doze anos em 1918, e já trabalhava na Bangu.

⁷ Operários na olaria (1892). Arquivo de Antenor Ferreira “Nonô”. Reproduzida de: SILVA, 1989, p. 26.

⁸ Operários (1892). Arquivo de Antenor Ferreira “Nonô”. Reproduzida de: SILVA, 1989, p. 27.

⁹ Seu Vivi e Seu Nonô foram dois dos primeiros operários da Fábrica. Contribuíam com entrevistas à Gracilda Silva e Marcio Oliveira, para a elaboração de suas dissertações. OLIVEIRA chegou a transcrever trechos de suas entrevistas em sua dissertação de mestrado. Ambos os operários possuíam registros fotográficos sobre a Fábrica, que se constituem em importantes fontes históricas.

¹⁰ Utilizar a fotografia como veículo de representação não foi privilégio da Fábrica Bangu. Ver CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens; a fotografia como fonte histórica* (Rio de Janeiro, 1900 – 1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

¹¹ *A voz do trabalhador*, 15 jun. 1909. Apud. OLIVEIRA, 1991, p. 123.

¹² Sobre o uso de símbolos e sinais como mecanismos de persuasão e poder ver BALANDIER, 1981; BOURDIEU, 2002; BUESCU, 1996; CHARTIER, 1990.

¹³ Assunção, Neide, operária da Fábrica Bangu. Entrevista concedida a Adriana Oliveira de Freitas. 12 maio 2003. Na ocasião da entrevista, a operária estava pintando o cabelo durante o expediente.

¹⁴ OLIVEIRA, Said José, operário da Fábrica Bangu. Entrevista concedida a Adriana Oliveira de Freitas. 12 maio, 2003. O Sr. Said identifica a atual diretoria como vilã, por ter vendido o prédio da Fábrica para a construção de um *shopping center*. De acordo com o Dr. Ricardo Haddad, dono da Fábrica Bangu, as antigas máquinas serão expostas num Museu da Fábrica Bangu. O que contraria a versão de venda das máquinas de D. Lourdes e do Sr. Said.

¹⁵ Apesar do Sr. Said ter começado a trabalhar na Fábrica em 1971, seu depoimento é o que POLLAK chama de memória herdada.

¹⁶ AMORJ. *Entrevistas*. Fábrica Alliança.

¹⁷ A CPIB fez esse álbum em comemoração À Exposição Nacional de 1908. Nele, apresentou fotos da fábrica, do processo produtivo, do trabalho e das melhorias que proporcionou aos seus operários, como a escola, as casas e o campo de futebol. Mostrou também fotos de negros trabalhando em condições de igualdade com os brancos. Cf. *Álbum da Companhia de Progresso Industrial do Brasil. Exposição Nacional Brasileira de 1908*.

Referências:

- ARQUIVO do Movimento Operário do Rio de Janeiro. *Entrevistas*. Fábrica Aliança.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUESCU, Ana Izabel. *Imagens do Príncipe: discurso normativo e representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos, 1996.
- CERUTTI, Simona. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados Recompuestos*. Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p.233-242.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens; a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COSTA, Ângela Marques e SCHARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GODOY, João Miguel Teixeira de. Dimensões do sistema fabril na Primeira República. *Caderno UniABC de História*. São Paulo, ano IV, n° 28, 2002, p. 85-121.
- GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n° 1/2, p.17-30 passim, jan./dez. 1996.
- GUIMARÃES, Murilo. Uma rua chamada Ferrer. Grêmio Literário José Mauro de Vasconcellos, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. A História de baixo para cima. In: _____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 216-231.
- LE GOFF, Jacques. Documento-monumento. In: _____. *História e memória*. São Paulo; Editora da Unicamp, 1994, p. 535-549.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-239.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

-
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. Rio de Janeiro: *Revista Tempo*, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.
- MOTTA, Márcia Maria Mendes. História e Memórias. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, UFF, 1998, p. 74-89.
- OLIVEIRA, Marcio de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- PANOFSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: Uma história do futebol no Rio de Janeiro — 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 30 e 31.
- PESAVENTO, Sandra Jatahi. Rio de Janeiro: uma cidade no espelho. In: _____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano — Paris, Rio de Janeiro*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.157-246.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Usos & abusos da História Oral*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 103-130.
- SILVA, Gracilda. *Bangu: cem anos*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002, p. 234-245.